

DIÁLOGO E AÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

MARIA DO SOCORRO SILVA MESQUITA¹,
ANTÔNIA MÁRCIA R. SOUSA²,
MIRLA EUFRÁSIO SOUSA³,
GEYLA LAYLA SOUSA⁴,
MONIELLE PAIVA RODRIGUES⁵

Resumo: O Grupo de Estudos em Educação Ambiental na Formação do Administrador, vinculado a Coordenadoria de Pesquisa, da Faculdade Luciano Feijão, em consonância com as principais orientações geradas pelo movimento do desenvolvimento sustentável, promove um espaço de sensibilização, diálogo e ação no intuito de conhecer os fundamentos da Educação Ambiental (EA) nas dimensões econômica e social. Além da conscientização sobre a emergência da EA, o grupo de estudos provoca uma reflexão sobre as diferentes formas de integração do homem e do meio ambiente, mostrando a necessidade da transformação de comportamento e estilo de vida. Centrado nas ações educacionais propostas pelos professores José Carlos Barbieri e Dirceu Silva, contribui para a formação dos futuros administradores e para elevar a qualidade do curso de graduação em Administração. As estratégias de trabalho foram centradas na interação contínua entre os participantes, promovendo uma conduta criativa e cooperativa. Além do estudo dos capítulos foram definidas leituras complementares de artigos, vídeos, realização de visitas às empresas em busca de postos de coletas de materiais que podem ser reciclados ou reutilizados, a quantidade de material coletado e a destinação final. A partir da apresentação dos resultados provenientes das visitas realizadas as empresas, discutiu-se sobre a ética na cadeia de produção em termos de respeito às normas ambientais e trabalhistas, propondo-se a construção de uma Agenda Positiva com o objetivo de reunir uma série de exemplos de iniciativas que estão dando certo em relação à temática ambiental, na cidade de Sobral - CE.

Palavras-chave: *Educação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Cidadania.*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os debates nos âmbitos nacionais e internacionais, sobre a apropriação capitalista, a institucionalização do modelo burocrático ideal, a desigualdade social e as injustiças ambientais evidenciam processos de exclusão. Nesse contexto delicado, surge a proposta de um desenvolvimento sustentável, includente,

¹ Mestre em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora da Faculdade Luciano Feijão (FLF). E-mail: socorromesquita@yahoo.com.br

² Doutoranda em Administração, Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Coordenadora do Curso de Administração da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: marciauva2@hotmail.com

³ Graduanda do curso de Administração da Faculdade Luciano Feijão (FLF). E-mail: mylarslopes@yahoo.com

⁴ Graduanda do curso de Administração da Faculdade Luciano Feijão (FLF). E-mail: layllasousa@hotmail.com

⁵ Graduando do curso de Administração da Faculdade Luciano Feijão (FLF). E-mail: monielle.paiva@hotmail.com

como alternativa desejável - e possível - para promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais (SACHS, 2008).

Com isso, novas perspectivas, acordos, estratégias, negociações e relações foram redefinidas, envolvendo os diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, a Educação Ambiental (EA) foi adotada como uma das possíveis estratégias para enfrentar a crise civilizatória de dupla ordem, cultural e social (SORRENTINO *et al*, 2005).

Com base nos autores estudados, pode-se dizer que a EA é um processo de educação política, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma compreensão crítica e emancipatória acerca dos conflitos existentes - sociais, econômicos e ambientais. Isso implica no fortalecimento da capacidade de analisar as ações e projetos que foram ou são desenvolvidos no território local.

Na visão de Layrargues (2002), a EA busca uma estratégia pedagógica para o enfrentamento dos conflitos socioambientais a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, caucados na criação de demandas por políticas públicas participativas, conforme requer a gestão ambiental democrática. Em tempos de riscos, dilemas e uma consciência aguda postas pelos desafios de um desenvolvimento insustentável, é necessário assumir um compromisso mais direto com a formação de gestores.

A inclusão da educação para a sustentabilidade no âmbito do ensino superior, especificamente no curso de graduação em Administração, fez surgir a necessidade da realização de pesquisas, na busca por avaliar o processo de implementação da educação ambiental nesses cursos, e identificar as iniciativas bem-sucedidas. A questão que se estabelece é: como a EA pode ser definida e operacionalizada, para que seja utilizada como ferramenta pelos administradores na redução de impactos sobre o nível de utilização dos recursos e de poluição decorrentes das atividades de produção?

Este trabalho, propõe uma reflexão sobre a EA na formação do administrador. Tal reflexão é decorrente da análise de experiência de 3 (três) meses dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos em Educação Ambiental na Formação do Administrador (GEEAFA), vinculado a Coordenadoria de Pesquisa (CP), da Faculdade Luciano Feijão (FLF) .

Para abordar esse tema o artigo foi estruturado da seguinte forma: a primeira parte aborda sucintamente o referencial teórico que serviu de subsídio para esta pesquisa. É discutida a emergência da EA. Na Segunda parte apresenta-se a

metodologia utilizada, e na terceira parte um relato das atividades do GEEAFA, em seguida os resultados obtidos.

Grupo de Estudos em Educação Ambiental na Formação do Administrador

O GEAAFA criado em agosto de 2013, é um espaço para a articulação de saberes teóricos, complementando a formação acadêmica do estudante, como uma tentativa de resposta aos desafios da crise global ambiental. Numa perspectiva de ensino-aprendizagem-pesquisa incentiva a participação ativa dos discentes e docentes da FLF, com o intuito do aprofundamento teórico/prático, no que diz respeito a compreensão das diversas concepções da EA, sua contextualização na história do ambientalismo e seus desdobramentos, mediante a leitura do livro Educação Ambiental na Formação do Administrador, dos autores José Carlos Barbieri e Dirceu da Silva, bem como, outros materiais socializados no grupo, palestras, visita às empresas, e a construção de artigos científicos para publicação em eventos e periódicos da área.

A elaboração das bases pedagógicas do grupo se deu pelo reconhecimento da EA como uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política (SORRENTINO *et al*, 2005). Portanto, as atividades do GEAAFA estão em consonância com as principais orientações geradas pelo movimento do desenvolvimento sustentável.

No momento em que professores e estudantes agrupam-se para estudar um tema, iniciam trajetórias de duração variável e consequências imprevisíveis, permitindo diálogos e confrontos entre acadêmicos e praticantes (FISCHER; ROESCH; MELO, 2006). Engajado com a conscientização sobre a emergência da EA, o Grupo de Estudos provoca uma reflexão sobre as diferentes formas de integração do homem e do meio ambiente, mostrando a necessidade da transformação de comportamento e estilo de vida.

A emergência da educação ambiental

A década de 1970 foi marcada por reflexões sobre a sociedade e os seus possíveis colapsos, era um alerta dos cientistas sobre os limites de exploração do planeta (NASCIMENTO, 2012). Em decorrência disso, observou-se que a evolução da consciência ambiental no mundo acerca dos conflitos entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, provocou mudanças no comportamento das organizações públicas, privadas e não governamentais.

Nesse sentido, a sociedade global empreendeu esforços para cooperar com o desenvolvimento da cidadania em todas as esferas sociais, abrindo novos canais de diálogos e alianças para construir a sustentabilidade. Rabelo (2008) faz uma síntese da evolução da EA entre os anos 1970 e 2002:

- Em 1972, em Estocolmo, na Suécia, a I Conferência Mundial das Nações Unidas para Meio Ambiente Humano (CNUMAH) gerou a Declaração sobre Ambiente Humano e o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), com o objetivo de educar o cidadão para harmonizar a sua relação com o meio ambiente. Uma das primeiras atividades do PIEA, em 1975, foi a aprovação da Carta de Belgrado, um importante documento que versa sobre as questões da educação ambiental (BARBIERI e DIRCEU, 2011).
- Em 1975, em Belgrado, na Iugoslávia, a UNESCO promoveu o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, com o objetivo de tornar a EA uma das estratégias para a formação da nova ética global, podendo ser formal e informal, de caráter individual e pessoal, num processo contínuo e permanente, prioritariamente para crianças e adolescentes, possibilitando a conscientização, conhecimentos, atitudes, habilidades, capacidade de avaliação e participação.
- Em 1977, realizou-se a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO, em colaboração com o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Conferência de Tbilisi. A EA cria consciência e compreensão dos problemas ambientais, estimulando um melhor comportamento, para todas as faixas etárias, adotando métodos interdisciplinares e contatos diretos com a natureza.
- Em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 91, onde foi elaborada a AGENDA 21 Global, visando a integração entre desenvolvimento e ambiente, de modo formal e informal, por meio da multi ou interdisciplinaridade e qualificação dos profissionais para tal.
- Em 2002 foi realizada em Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Cúpula do Milênio. Objetivava a implementação da Agenda 21, bem como, o consenso de que a EA é uma das principais estratégias para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável.

Com efeito, nestas Conferências foram definidos conceitos, diretrizes e metodologias sobre a EA orientadas para a sustentabilidade (BARBIERI, 2011). Foram ocasiões em que muitos países assumiram o compromisso com a definição de ações e decisões a favor do desenvolvimento sustentável.

Assim, pode-se dizer que a mudança de comportamento da humanidade está pautada na preocupação em perenizar, de maneira saudável, a vida no planeta, para tanto, é necessário uma adaptação a esta nova conjuntura, que tem como estrutura o desenvolvimento sustentável que engloba decisões negociais voltadas para o meio ambiente, a economia, como também, para uma sociedade mais saudável. A ideia de EA está atrelada a conscientização ambiental na sociedade, inspirada por uma visão de garantir a qualidade de vida das gerações futuras (BARBIERI; SILVA 2011; MININI-MEDINA, 1997; SACHS, 2008; SORRENTINO *et al*, 2005).

Barbieri (2011) quando analisa as diferentes concepções de EA, contribui com uma boa base de referência para uma reflexão inicial. Para ele, a diversidade de denominações e propostas sinalizam os múltiplos entendimentos concernentes ao meio ambiente, ao ser humano, às causas atribuídas aos problemas ambientais e ao que se espera das práticas educativas para a resolução dessas questões.

Além disso, as discussões sobre desenvolvimento sustentável despertaram interesses e trouxeram novas obrigações para as empresas, que aperfeiçoaram a relação com o meio ambiente e transformaram os riscos ambientais e oportunidades de negócios (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009). Percebe-se, uma predisposição das instâncias sociais públicas e privadas em promover ações que fomentam a adoção de uma cultura embasada por comportamentos e valores ecologicamente equilibrados, fortalecendo a ideia de educação e gestão ambiental como iniciativa da coletividade e não prerrogativa do Poder Público.

Nesse sentido, como agente de transformação social e fomentadora de soluções criativas e inovadoras, as IES assumem o compromisso de promover mudanças de atitudes por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que implementada pelas diversas áreas do conhecimento assume o papel de mediadora entre o crescimento econômico e a exploração correta dos recursos naturais.

Ações

A fim de manter presente a ideia central que motivou a formação do Grupo de Estudos, ou seja, sensibilizar a comunidade acadêmica acerca da realidade socioambiental em que está inserida, são sintetizadas a seguir as informações referentes aos encontros ocorridos.

As atividades do Grupo de Estudos buscam incorporar a dimensão ambiental na formação do administrador, favorecendo uma cultura de participação e corresponsabilidade, em favor de resoluções para as questões socioambientais. Inspirado nesse mote, inicialmente buscou-se conhecer as expectativas de cada integrante em relação ao grupo de estudos, como forma de mostrar que a participação é importante e gera impacto positivo direto no processo de ensino e aprendizagem.

As estratégias traçadas para a implementação do GEEAFA incluíram a análise do livro “Educação Ambiental na Formação do Administrador”, a leitura de artigos científicos e matérias complementares ao tema, bem como, a realização de um *workshop* sobre a vida e obra de José Carlos Barbieri – orientando o discente quanto à forma, conteúdo de argumentações e proposições.

Paralelamente, incentivou-se uma discussão sobre a Ética na cadeia de produção em termos de respeito às normas ambientais e trabalhistas, com vistas a alertar os futuros gestores sobre a importância de cuidar dos negócios, comprometendo-se com a preservação da natureza, e com a qualidade de vida das pessoas que estão sob o seu comando.

Em 2010, o Brasil instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) considerada uma das leis ambientais mais importantes do país, um marco regulatório para o lixo. A lei estabelece para os municípios a obrigatoriedade da concepção de um plano de gestão de resíduos, como uma das medidas para o enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

Como estratégia aos desafios da contemporaneidade a PNRS propõe mudanças nas relações da sociedade, empresas, instituições públicas e ONG’s com os remanescentes daquilo que consome. Trata-se de compartilhar responsabilidades com os geradores de resíduos.

Uma reflexão interessante trazida à tona durante as reuniões refere-se a forma como se promove a responsabilidade compartilhada. Afinal, o lixo é assunto de todos.

Quem inicia o processo? Em resposta ao questionamento, os integrantes do grupo reconheceram que começa quando o cidadão escolhe qual destino dar aos resíduos.

Em extensão, as atividades do grupo, englobaram, ainda, a construção ao longo de três meses de uma Agenda Positiva, com o objetivo de reunir uma série de exemplos de iniciativas que estão dando certo em relação à temática ambiental, na cidade de Sobral-CE. Para isso, no decorrer dos três meses foram realizadas visitas às empresas - postos de gasolina (quatro), lojas de informática (três), supermercados (dois), revendedoras de pneus (duas) - em busca de postos de coletas de matérias que pudessem ser reciclados ou reutilizados, a quantidade coletada e a destinação final. Verificou-se ainda se os sites das organizações definidas para realização da pesquisa continham ou não informações sobre os postos de coletas.

Para difundir o conhecimento científico e as boas práticas relacionadas à sustentabilidade, os integrantes do GEAAFA trabalharam em conjunto, compartilhando artigos, vídeos, e sites relacionados via rede social. Como forma de incentivo a participação nas discussões a nível estadual, os integrantes do Grupo de Estudos participaram do Fórum de Sustentabilidade 2013, promovido pelo Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas do Ceará, no dia 24 de outubro, na cidade de Fortaleza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Grupo de Estudos em “Educação Ambiental na Formação do Administrador” iniciou suas atividades em agosto/2013 e ao final do primeiro trimestre já apresentou os primeiros resultados. A construção da Agenda Positiva elaborada coletivamente apresenta iniciativas que demonstram atitudes efetivas de algumas empresas na cidade de Sobral-CE, para a redução de riscos de contaminação de alguns materiais nocivos ao meio ambiente.

O quadro 1 indica os pontos de coleta para alguns matérias que podem causar danos ao meio ambiente.

Produtos	Legislação em Uso	Quer destinar corretamente?	Destino Final
Pilhas	Resolução CONAMA 401/2008 Lei 12305/2010 (Logística Reversa)	Loja Ibyte Nort Shopping Sobral – 1º piso. Avenida Monselhor Aloísio Pinto, 300 – Dom Expedito. Computer Store Av. Doutor Arimatéia Monte e	Suzaquim Indústrias Químicas, Suzano – São Paulo. Sem resposta

Bateria de Celulares	Lei 12305/2010 (Logística Reversa)	Silva, 410 - Lj 02 – Centro; Loja Ibyte Nort Shopping Sobral – 1º piso. Avenida Monselhor Aloísio Pinto, 300 – Dom Expedito. Computer Store Av. Doutor Arimatéia Monte e Silva, 410 - Lj 02 – Centro;	Suzaquim Indústrias Químicas, Suzano – São Paulo. Sem resposta
Óleo Lubrificante usado ou contaminado	Resolução CONAMA 9/93 Regulamentação de coleta e refino do Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (OLUC) (Logística Reversa)	Posto São Domingos Av. Dom José, 854 – Bairro Coração de Jesus, 62.010-300. Av. Dr Guarany, 854 – Bairro Coração de Jesus 62.010-300. Posto Princesa do Norte Rua Conselheiro Rodrigues Júnior, 1 – Centro. Posto Trevo Br 222 – Km 222, S/N , Sobral-CE	LUBRASIL (aprovada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP) para reciclagem. Uma parte é comercializada com borracharias e a outra é encaminhada para Fortaleza – processamento para reutilização.
Tampinhas de garrafa pet	----	Supermercado Pinheiro Av. John Sanford, 1800 - Junco - Sobral, CE. CEP: 62030-000	Sem resposta

Quadro 1- Agenda Positiva
Fonte: elaborado pelos autores (2013)

Com base nos resultados apresentados, observa-se que no município de Sobral são poucas as ações institucionais voltadas para a sustentabilidade. Na pesquisa foram identificadas empresas que realizam o recolhimento de pilhas, baterias de celulares, óleos lubrificantes, tampinhas de garrafas pet. Destas empresas, apenas quatro tem conhecimento sobre o reprocessamento e o destino final do resíduo. Nenhuma empresa revelou sobre a quantidade de resíduos coletados.

A busca por notícias nas redes sociais sobre a divulgação dos pontos de coleta foi definida como uma das etapas da pesquisa. Identificou-se que duas empresas possuem sites, e somente uma utiliza o espaço para alertar o consumidor sobre a importância do descarte correto de resíduos que possuem substâncias tóxicas.

Para compreender melhor a dinâmica do mercado buscou-se relacionar as leis em uso para cada material. Apesar dos mecanismos que regulamentam a devolução de produtos no pós-consumo ao fabricante, o processo ainda não funciona bem. Percebe-se a necessidade de um maior investimento na divulgação da existência de postos de coleta para o consumidor, bem como conscientizar os gestores de que a adoção dessas práticas pode gerar lucro às organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de conscientização e o desconhecimento sobre a destinação ambientalmente adequada de um produto, afeta a possibilidade de uma melhor compreensão sobre uma organização mais responsável e uma escolha consciente na opção de consumo.

Uma questão importante foi mostrar aos integrantes do GEAAFA a responsabilidade na tomada de decisão, assim como o impacto que poderá ocasionar ao meio ambiente, influenciando a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mônica Cavalcanti Sá de Abreu; RADOS, Gregório Jean Varvakis Rados; FIGUEIREDO JÚNIOR, Hugo Santana. As Pressões Ambientais da Estrutura da Indústria. In: *Revista de Administração de Empresas*, v.3, n. 2, Art.17, Jul/Dez. 2004.

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANKAS, I. *Gestão Socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio*. São Paulo: Atlas, 2009.

BABIERI, José Carlos. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro. 38(6):919-46, Nov./Dez. 2004.

BARBIERE, José Carlos. ; SILVA, Dirceu da. *Educação ambiental na formação do administrador*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Brasília. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>> Acesso em 11 abril 2014.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. 2ª ed. Recife: IICA, 1999.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (orgs). *Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino*. Salvador: EDUFBA, CIAG/UFBA, 2006. (p. 13-41).

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. In: QUINTAS, J.S (Org.). *Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente*. 2. ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

MININNI-MEDINA, N. Breve histórico da educação ambiental. In: PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Ipê: Instituto de pesquisas ecológicas. Brasília, 1997.

NASCIMENTO, L. F. O insustentável sustentável. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008, Rio de Janeiro. *Anais do XXXII ENANPAD*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SORRENTINO, Marcos *et al.* Educação ambiental como política pública. *Edys. Pesqui* São Paulo, v.31, n.2, ago. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022005000200010&lng=pt&nrm=iso>
.acessos em 10 nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000200010>.

MININNI-MEDINA, N. Breve histórico da educação ambiental. In: PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Ipê: Instituto de pesquisas ecológicas. Brasília, 1997.